

---

## ECONOMIA SOLIDÁRIA E SEUS IMPACTOS: O CASO DE PERNAMBUCO

### Desenvolvimento Territorial

Ana Cristina Brito Arcoverde; Núcleo Ações em Rede Coordenadas no Universo Social / UFPE –  
ana.arcoverde@gmail.com

Bruna de Lima Pereira do Nascimento; Núcleo Ações em Rede Coordenadas no Universo Social / UFPE –  
bruna.lpn10@gmail.com

Leonidas Leal da Silva; Núcleo Ações em Rede Coordenadas no Universo Social / UFPE –  
leonidasleal.silva@live.com

### Resumo

*Este trabalho tem por objetivo discutir os principais resultados obtidos na avaliação dos impactos socioeconômicos dos empreendimentos econômicos solidários em Pernambuco, alcançados, sobretudo graças ao desafiante trabalho de mapear e caracterizar essas iniciativas de trabalho no estado, e ainda em conhecer em profundidade como se apresenta a economia solidária em solo pernambucano. Optando pela avaliação ex-post, de impactos, realizamos análise de EES's nas cinco mesorregiões de Pernambuco. Verificamos que os 333 empreendimentos estudados possuem capacidade de provocar quantitativa, qualitativa e subjetivamente impactos que são expressos nas dimensões social, econômica e ideopolítica e, sinalizam para uma contribuição importante no enfrentamento da pobreza, do desemprego, aumento do consumo e geração de ganhos financeiros para os participantes da economia solidária em Pernambuco.*

*Palavras-Chave: avaliação; economia solidária; empreendimentos; impactos.*

### 1. Introdução

A Economia Solidária, campo e movimento que busca contrapor os princípios de produção, comercialização e distribuição de riquezas inerentes ao sistema capitalista, pela defesa de novas relações sociais, econômicas e ambientais e protagonismo de seus atores – grupos produtivos autogestionários de diversos setores e atividades econômicas – vem nos últimos anos ganhando robustez pela ampliação da sistematização de informações, decorrente, sobretudo, de pesquisas realizadas no âmbito das universidades, dos núcleos e projetos de extensão que fomentam essas iniciativas em todo o Brasil.

Apesar de já existir no país uma literatura vasta e rica sobre esse tema, verificamos que estudos sobre os resultados e os impactos das atividades da economia solidária bem como dos empreendimentos na vida dos seus participantes e de suas famílias, ou ainda na localidade onde estão inseridas as iniciativas de trabalho solidário não são frequentes ou suficientes. Muitas vezes os resultados apresentados consistem no relato das experiências de sucesso de alguns empreendimentos solidários, e até o realiza de forma sólida, mas parcial ou isolada.

Numa perspectiva de desenvolvimento de pesquisas sobre as práticas solidárias, inovamos os estudos sobre a temática, inicialmente, com a pesquisa *Economia Solidária em Pernambuco: alternativa de emancipação frente ao desemprego e à exclusão social?* - financiada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq, a qual e desde 2004 por três anos foram coletadas informações junto aos empreendimentos solidários e seus participantes. Tal pesquisa nos permitiu caracterizar os empreendimentos no estado de Pernambuco (número de participantes, ano de formação, registro, ramos de atividades, fundação, comercialização, gestão, tomada de decisões, entre outras informações) e também, verificar se os princípios da economia solidária eram vivenciados em seu cotidiano.

Identificamos que a vivência e concretização dos princípios que norteiam a economia solidária, por parte dos/as trabalhadores/as, tem trazido mudanças nas condições de vida da população envolvida e, portanto, acréscimos de bem-estar caracterizados pelo acesso a bens e serviços sociais que antes da sua adesão ao empreendimento não eram possíveis. No entanto, a redução da pobreza e da desigualdade social dos/as participantes e de suas famílias, bem como na social economia do local apareciam como interrogações que necessitavam de respostas, aferição e avaliação.

Depois do primeiro contato com a temática – *Economia Solidária* – seguimos inovando e, entre 2007 a 2009, iniciamos outro projeto de pesquisa, desta vez, vinculado à temática *Avaliação*<sup>1</sup>. Neste novo projeto, *Avaliação dos Impactos Sócio-econômicos dos Empreendimentos Solidários em Pernambuco*, também financiado pelo CNPq, alguns dados primários e secundários foram coletados no sentido de captar e avaliar os impactos sociais e econômicos desses empreendimentos, sobretudo a partir do estudo detalhado das condições de vida dos trabalhadores solidários, suas famílias e dos indicadores da social economia do local. Para tanto foi necessário preparar e associar metodologias e instrumentos, inclusive construir uma metodologia própria de captação de impactos, onde a cadeia de impactos dos empreendimentos econômicos solidários pudesse ser aferida em suas dimensões: objetiva, substantiva e subjetiva.

Todos os resultados obtidos até o momento sobre a economia solidária em Pernambuco são ricos e bastante significativos, o que propicia a realização de novos estudos e pesquisas, campo ilimitado para o debate acadêmico. Aqui, nos propomos mostrar e discutir os principais resultados obtidos na avaliação dos impactos socioeconômicos dos empreendimentos econômicos solidários em Pernambuco, alcançados, sobretudo graças ao

desafiante trabalho de mapear e caracterizar essas iniciativas de trabalho no estado, e ainda em conhecer em profundidade como se apresenta a economia solidária em solo pernambucano.

## **2. A Economia Solidária no Brasil**

No Brasil a economia solidária ficou por décadas imersa, em muitos casos, no que a literatura científica chama de autogestão, cooperativismo, economia informal ou economia popular. Segundo Lechat<sup>ii</sup>, em *As raízes históricas da economia solidária e seu aparecimento no Brasil*, uma prova disto é a polêmica, ainda existente, a respeito do atributo popular acrescido à economia solidária ou ao cooperativismo, denominados então de economia popular solidária, ou cooperativismo popular.

Segundo Singer (2003), a economia solidária também se apoiou no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST e em suas ações de organização dos moradores do campo – e mais tarde nas cidades – pela luta para a reforma agrária e assentamento de centenas de milhares de famílias em terras expropriadas consideradas latifúndios improdutivos.

Ainda segundo este autor, o Movimento da Ação da Cidadania contra a Fome, a Miséria e pela Vida (1992-1994); as Incubadoras de Cooperativas Populares (ITCP) pertencentes às universidades, que se dedicam à organização da população mais pobre em cooperativas de produção ou de trabalho, e que dão apoio administrativo, jurídico-legal, e ideológico na formação política; além de outras entidades de apoio ligadas a centrais sindicais, a igreja Católica e a órgãos públicos, tais como: a Agência de Desenvolvimento Solidário, Cáritas, Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos – DIEESE, Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB, Secretarias de Trabalho, ajudaram na expansão da economia solidária em solo brasileiro.

Consideramos que, mesmo após décadas de atuação no Brasil, a economia solidária – fomentada e apoiada por diversos sujeitos, grupos, núcleos e instituições (públicas e privadas) – se encontra ainda em uma fase inicial de desenvolvimento. Sua potencialidade na geração de trabalho e ganhos financeiros, bem como de provocar impactos com mudanças positivas, significativas na vida de seus participantes - acréscimo de bem-estar, consumo e participação política dos sujeitos em diversas formas de organização, ainda não atingiu pleno potencial, notadamente enquanto não houver consolidação de políticas públicas que superem alguns problemas enfrentados nos empreendimentos, tais como: entrave na regularização/legalização

dos empreendimentos; a quase inexistência de financiamentos e crédito bancário para o setor; a difusão de novas tecnologias e técnicas voltadas especificamente para a realidade dos empreendimentos; apoio para exportação de produtos provenientes dos empreendimentos; e por último um maior apoio em capacitações, treinamentos, e formação escolar dos trabalhadores ligados à economia solidária.

### **3. Aspectos metodológicos da pesquisa**

Com o objetivo principal de conhecer em profundidade a natureza e as singularidades da economia solidária em solo pernambucano é que desenvolvemos, desde 2004, pesquisas de natureza exploratória e analítica nas 05 (cinco) mesorregiões do estado. A primeira pesquisa realizada dedicou-se ao conhecimento sobre a caracterização dos empreendimentos em Pernambuco e sobre a efetivação ou não dos princípios que regem a economia solidária no cotidiano dos participantes e nas dinâmicas do empreendimento. A segunda, de cunho avaliativo, buscou mensurar se os empreendimentos solidários eram capazes de proporcionar melhorias nas condições de vida dos seus participantes e de suas famílias, por exemplo, como acréscimo de bem-estar, geração de trabalho e ganhos financeiros e ampliação da participação política na vida comunitária.

Em ambas as pesquisas foram realizadas o aprofundamento do estudo da temática, com leitura da literatura existente e debates sobre o conteúdo apreendido com a equipe que seria responsável pela coleta de dados nos empreendimentos. Nesta fase, foi possível verificar os vários posicionamentos dos autores que tratam e sistematizam sobre economia solidária, e posteriormente, sobre avaliação e suas modalidades, incluindo a de impactos.

Na primeira, realizou-se o levantamento dos empreendimentos econômicos solidários do estado registrados na Organização das Cooperativas do Estado de Pernambuco (OCEPE, atual OCB-PE), aqueles identificados e presentes nos I e II Festivais de Economia Popular e Solidária de Pernambuco e nas organizações cadastradas na primeira fase do mapeamento com informações obtidas no Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária (SIES). Obteve-se como produto um catálogo com um total de 426 empreendimentos que compuseram o universo da primeira pesquisa. Na segunda pesquisa houve uma atualização e a revisão do mapeamento dos EES's em Pernambuco que culminou com a publicação do *Catálogo dos Empreendimentos no Estado*.

Uma vez cadastrados e classificados os EES's, retiramos uma amostra aleatória simples do universo de empreendimentos do Estado que é de 1.954 unidades presentes nas

cinco mesorregiões do estado. Assim, optamos pelo tipo de amostra estratificada, baseada na quantidade de empreendimentos presentes em cada mesorregião a partir do percentual de 17% calculados pela tabela de coeficiente de Gil (1996, p. 101). As mesorregiões são: São Francisco, Sertão Pernambucano, Agreste, Mata e Metropolitana do Recife. A amostra geral, retirada mediante sorteio, foi de 333 empreendimentos distribuídos entre os 128 municípios do Estado.

Foi necessária a construção de uma estrutura de avaliação de impactos com todos os indicadores considerados pertinentes à averiguação e medição dos impactos socioeconômicos dos empreendimentos em questão. A referida estrutura tem por base os principais indicadores propostos pelos órgãos que já realizam pesquisa neste âmbito como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, o Instituto de Planejamento e Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico e Científico – IPAD, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA e as secretarias estaduais e municipais, entre outros.

A realização da pesquisa de campo ou coleta de dados exigiu a utilização de múltiplos instrumentos associados. Por se tratar de uma pesquisa que visa avaliar impactos em suas várias dimensões, utilizamos o questionário semiestruturado, a entrevista aberta, o diário de campo e a observação simples, considerados os instrumentos mais adequados para captar as informações de que precisávamos. Dividimos o questionário semiestruturado em duas partes, a primeira com o perfil do empreendimento e, a segunda, com o perfil do empreendedor e de sua família.

Percorremos todos os 128 municípios e coletamos dados junto aos 333 empreendimentos da amostra, além das visitas aos empreendimentos, ainda estivemos em sindicatos de trabalhadores rurais, prefeituras, câmara de vereadores; participamos de audiências, reuniões, assembléias, feiras de artesanato e diversas outras atividades ligadas aos empreendimentos.

#### **4. Economia Solidária em Pernambuco – caracterização dos empreendimentos**

O Estado de Pernambuco encontra-se localizado na parte centro-leste da região nordeste do Brasil. Este é dividido em 185 municípios, mais o arquipélago Fernando de Noronha. Sua área territorial corresponde a 98.311,616 Km<sup>2</sup>. Um dado expressivo desse estado se refere ao seu contingente populacional, o qual é estimado em 8.810.256 habitantes – segundo dados do IBGE (2009). A capital, Recife, é conhecida por se tratar de uma das mais populosas do país e marcada por graves problemas sociais.

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de Pernambuco é de 0,742, segundo estimativa do Banco Central do Brasil (2007)<sup>iii</sup>. Este refere-se a um nível mediano de desenvolvimento humano em termos de avaliação e a sua medição levou em consideração a utilização dos seguintes indicadores: educação, longevidade e renda (Produto Interno Bruto (PIB) per capita). De acordo com a análise dos dados destes indicadores, muitos economistas concluem que o estado pernambucano tem, ao longo dos últimos anos, elevado o seu crescimento nestas dimensões.

De acordo com o IBGE (2008)<sup>iv</sup>, o PIB de Pernambuco corresponde a 70.441 milhões de reais e o PIB per capita no Estado equivale a 8.065 reais. Segundo dados divulgados pelo o Banco Central do Brasil em maio de 2010 – e conforme a Agência Estadual de Planejamento e Pesquisas de Pernambuco (Condepe/Fidem) – destaca-se que em 2009 houve um crescimento de 3,8% do PIB no Estado, bem como houve uma participação de 7,02% no PIB nacional<sup>v</sup>.

Em decorrência deste crescimento, ocorreu uma expansão do setor de serviços em 4,1%, os quais enfatiza-se um desenvolvimento de 6,1% nos transportes, 4,9% no comércio, 3,8% na indústria, 15,8% na construção civil e 0,5% na agropecuária. No que se refere ao comércio, destaca-se um crescimento de 3,9% nas vendas do comércio varejista no trimestre concluído em fevereiro de 2010. Dentre estas têm-se um aumento de 10,4% nas vendas de móveis e eletrodomésticos; 4,1% na venda de produtos alimentícios, supermercados, hipermercados, bebidas e fumo; e 2,8% na venda de tecidos, vestuários e calçados.

O comércio varejista no território pernambuco em um período de 1 ano (até fevereiro de 2010), cresceu 7% - o que corresponde a um aumento de 8% nas vendas dos hiper e supermercados, dos produtos alimentícios, bebidas e fumo; como também de 10,7% nas vendas de combustíveis e lubrificantes. Além destes dados, destaca-se também, com relação ao comércio no âmbito mais geral, um acréscimo de 14,9% nas vendas de veículos e 9,1% nas de materiais de construção. No que concerne à produção industrial dentro desse mesmo período, destaca-se um crescimento de 1,2%; registrando um aumento de 7,3% da metalurgia básica, 3,8% da química e 3,6% na produção de alimentos e bebidas.

Com relação ao emprego assalariado com carteira assinada<sup>vi</sup> no Estado de Pernambuco, no intervalo de outubro a setembro de 2010, houve um crescimento de 10,3%, o qual resultou no surgimento de 103,591 mil novos postos de trabalho. Este quadro representa a maior taxa de crescimento quando comparado aos outros estados da Região Nordeste, sendo considerado o segundo melhor do país. Segundo o CAGED/MTE<sup>vii</sup>, neste período, os maiores

destaques no âmbito das atividades econômicas com relação à elevação do índice de empregos no Estado, foram: Construção (31,1%), Atividades Profissionais, Científicas e Técnicas (16,4%), Atividades Imobiliárias (15,5%), Saúde humana e serviços sociais (12,7%), Água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação (11,7%) e Indústrias extrativas (11,3%).

A busca de melhoria das condições de vida e de alternativas de trabalho para enfrentar o desemprego, seja pelo Estado, enquanto mediador das relações sociais, seja pelos próprios trabalhadores rejeitados pelo mercado de trabalho formal é uma constante na história política e socioeconômica do capitalismo. Os contextos sociais, políticos e econômicos que as determinaram revelam as crises da economia e do padrão de bem estar, fruto de decisões políticas que vêm afetando negativamente as condições de vida da população pernambucana.

Situações de privação, desemprego, desigualdade, exclusão social e pobreza ainda são vivenciadas por amplos segmentos desta população, mesmo em um quadro evolutivo de crescimento econômico como o atual. Isto pode ser comprovado quando se analisam outros indicadores como os sociais do Estado: taxa de analfabetismo (com relação às pessoas com 15 anos ou mais de idade) de 17,6%, índice de escolaridade média em anos de estudo<sup>viii</sup> de 6,2%, taxa de mortalidade infantil de 35,7% e uma população de 60 anos ou mais de idade de 10,9% - conforme pesquisa realizada pelo IBGE (2009). Além destes, vale salientar também o significativo nível de pobreza<sup>ix</sup>, de 0,34%, referente aos domicílios que apresentam renda per capita inferior à linha de pobreza. Reitera o descompasso histórico entre os indicadores econômicos em relação aos sociais.

Diante desse quadro, os empreendimentos econômicos solidários atualmente despontam como uma alternativa ao desemprego e a ausência de ganhos financeiros, propondo o estabelecimento de novas relações de produção baseadas na autogestão, cooperação e na divisão igualitária dos bens produzidos, diferentemente da lógica capitalista. Desse modo, para entender se e como os impactos desses empreendimentos provocaram mudanças nas condições de vida de seus participantes e familiares, e quais os rebatimentos na social-economia local tornou-se necessário avaliar os impactos nas suas dimensões substantivas, objetivas e subjetivas.

Fazendo referência ao crescimento econômico do território pernambucano durante o período de set/09 a set/10, verificou-se redução da taxa de 160 mil para 149 mil, ou seja, decréscimo de 6,9% da quantidade de pessoas desocupadas na RMR<sup>x</sup>. Isto significa que uma parcela da população passou a ter uma ocupação, independente de esta ocupação ser ou não

regulamentada com carteira assinada, ou seja, 11 mil dos 157 mil postos de trabalho criados nesse mesmo período, são classificados como demais posições ocupacionais; entre empregadores, empregados domésticos, donos de negócio familiar, trabalhadores familiares, profissionais liberais e outras posições ocupacionais – percebe-se que muitos se enquadram nas atividades que estão ligadas à economia solidária.

No que se refere à caracterização dos empreendimentos solidários existentes em Pernambuco, e com relação à quantidade de iniciativas solidárias visitadas por região, destaca-se que é na região Agreste – pólo de confecção e de toda uma cadeia produtiva de beneficiamento do jeans, pólo moveleiro e de produtos artesanais de Pernambuco – que se concentra o maior número de empreendimentos, 27,03% ou 90 unidades; seguida da Região Metropolitana do Recife com 69 unidades e 20,8%; Região da Mata com 64 unidades e 19,2%; a Região do São Francisco com 56 ou 16,8% dos empreendimentos visitados; e finalmente a Região do Sertão, que embora árida em suas condições climáticas e em desenvolvimento econômico, apresenta 54 empreendimentos e representa 16,3% da amostra.

Quanto ao perfil dos empreendimentos, tem-se que a formalização destes caracteriza-se da seguinte maneira: 85,9% dos 333 empreendimentos entrevistados possuem registro enquanto que 14,1 não são registrados e existem informalmente. Os órgãos de registro mais freqüentes foram: Cartório, Receita Federal e Junta Comercial de Pernambuco. Os principais motivos alegados para ausência de registro por parte de alguns empreendimentos destacam-se: falta de dinheiro para pagamento dos documentos exigidos e empecilhos provenientes da burocracia do procedimento. Outros alegaram estar em processo de organização, ainda definindo o tipo de empreendimento.

Em se tratando do tipo de organização, os 333 empreendimentos econômicos solidários presentes nas diferentes sub-regiões do Estado de Pernambuco, e que foram visitados/pesquisados, possuem as seguintes modalidades: predominam em 59,2% as associações com um total de 197 dos empreendimentos registrados, seguidas pelas cooperativas 19,8% e que perfazem um total de 66 empreendimentos também registrados, 07 ou 2,1% são grupos informais registrados, 08 ou 2,4% são registradas como ONGS, e 3,0 % ou 10 empreendimentos se apresentam em modalidades diversas, como: umas registradas como fundação, outras como escola e/ou clube, essas últimas bastante incentivadas durante as décadas de 70 e 80.

Quanto à data de fundação podemos constatar que a maior parte ou 80,1% dos empreendimentos que estudados data da década dos anos 90 e dos anos 2000. Mas, constata-



se que 10,2% dos empreendimentos foram fundados nos anos 80, 36,0% na década de 90 e 44,1% são organizações fundadas nos anos 2000. Essas últimas são, portanto, relativamente recentes e ainda encontra-se em processo de consolidação.

A territorialidade dos empreendimentos, concebida como espaço socialmente construído e fruto de múltiplas determinações, no qual são reproduzidas as relações sociais de produção e de reprodução social, são em 41,4% de natureza rural e se encontram em localidades, municípios tipicamente rurais, em relação às atividades produtivas, cultura, relações sociais. Enfatiza-se também que 33,9% dos empreendimentos possuem territorialidade e/ ou estão localizados no espaço urbano. No entanto, vale salientar o chamado mix rural urbano em 24,6 % dos empreendimentos que, ou estão desenvolvendo produção e relações de produção caracteristicamente urbanas e se localizam em municípios de traços rurais, ou estão produzindo mercadorias agrícolas e se localizam em municípios típicos urbanos.

No que se refere à sede dos empreendimentos destaca-se que a situação é heterogênea, e até certo ponto instável: 31,8% dos empreendimentos produzem em espaços cedidos, 16,5% alugam os espaços, 12,0% afirmaram que não tem sede e 1,2% os espaços utilizados para a produção é em comodato. Contudo, 38,4 % dos empreendimentos já possuem sede própria. E apesar da porcentagem ainda elevada quanto à propriedade do espaço de produção, 55,6% desenvolvem suas atividades em locais com saneamento básico. O local de produção não oferece saneamento básico em 44,1% dos empreendimentos que, em sua maioria, decorre da situação cedida, comodato ou alugada.

Comparando as atividades econômicas que tiveram crescimento em Pernambuco neste semestre, com aquelas desenvolvidas pelos empreendimentos econômicos solidários no estado – agricultura, produção, comercialização, serviços, crédito, infra-estrutura/habitação, agropecuária, reciclagem, entre outras; percebemos convergência para aquelas atividades que geram rebatimentos positivos na economia e aquelas que no âmbito dos empreendimentos geram mais ganhos financeiros e trabalho.

## **5. Impactos da Economia Solidária – o caso de Pernambuco**

Para avaliar os impactos<sup>xi</sup> da economia solidária em Pernambuco, utilizamos como objeto de investigação os empreendimentos econômicos solidários<sup>xii</sup>, desta forma, estudamos em profundidade suas características de produção, produtividade, investimento, custos, participação no empreendimento, financiamento e dívidas; bem como das condições de vida

de seus participantes e familiares levando em conta os seguintes indicadores sociais – renda, propriedade, trabalho, proteção social, despesa familiar, condições de habitação, lazer, saúde, água e saneamento, escolaridade, etc.

Ao mensurar os impactos sociais, econômicos e ideopolíticos, buscou-se identificar nas condições de vida dos participantes e de suas famílias as mudanças provocadas pela inserção nas iniciativas solidárias, bem como a percepção da mudança provocada por esta inserção.

No caso dos empreendimentos econômicos solidários buscamos os acréscimos de bem-estar, a percepção que os empreendedores possuem do próprio negócio e a qualidade da mudança em sua vida e no contexto do local nas dimensões objetivas, subjetivas e substantivas:

### **5.1 Impactos econômicos – dimensão objetiva**

Para mensuração do impacto econômico, utilizamos alguns indicadores como: a procedência da renda, cobertura de programas sociais e benefícios recebidos e a renda familiar e pessoal.

Quanto à renda pessoal, verificamos que diminuí consideravelmente o percentual de participantes sem nenhuma renda, de 15,6% para 2,4% do total. O maior percentual de mudança fica entre aqueles que recebiam até 02 salários mínimos (SM) ao mês, passando de 17,4% para 26,4%. Chama atenção a diminuição no percentual de participantes que recebiam menos de 01 SM e 01 SM ao mês, e incremento de renda para os que ganham até 02 SM, até 03 SM, de 04 a 05 SM, e mais de 05 SM, conforme quadro 01 abaixo:

<b>Quadro 01 – Renda Pessoal</b>		
<b>Intervalo dos Valores</b>	<b>Antes</b>	<b>Depois</b>
Sem renda	15,6%	2,4%
Menos de 01 SM	27%	21%
01 SM	24,3%	23,7%
Até 02 SM	17,4%	26,4%
Até 03 SM	5,4%	12,3%
De 04 a 05 SM	3,9%	6,3%
Mais de 05 SM	3%	4,5%
Não Informado	3,3%	3,3

Fonte: Relatório Final de Pesquisa, ARCUS/UFPE/CNPq 2010.

Com relação à composição e procedência da renda, verificamos que 50,3% dos entrevistados afirmaram possuir outras fontes de renda. Vale salientar que, deste total 64,9% recebem renda proveniente do Programa Bolsa Família e 35,1% recebem renda provenientes de outros programas sociais, tais como: Pro-jovem, PETI, BPC, etc.

Sobre a renda familiar dos trabalhadores vimos que: 9,6% das famílias entrevistadas recebem menos de 01 salário mínimo<sup>xiii</sup>, 7,8% destas, recebem 01 salário mínimo, 34,5% recebem até dois salários e 22,5% das famílias recebem até 03 salários mínimos. Acima de 03 ou mais salários mínimos recebidos têm-se 25,2% das famílias dos empreendedores solidários. Verificamos como ínfimo, apenas 0,3% de casos de respostas, o percentual de famílias sem qualquer renda!

### **5.2 Impactos sociais – dimensão substantiva**

Avaliamos o impacto social, na dimensão substantiva, ou seja, no âmbito da qualidade do acréscimo às condições de vida dos produtores associados e suas famílias, através do estudo das despesas dos empreendedores antes e depois da entrada no Empreendimento Econômico Solidário no que se refere aos itens: alimentação, educação, plano de saúde, remédio, condições de habitabilidade, lazer e previdência. Obtivemos através da análise dos dados coletados os seguintes resultados:

**Alimentação** – analisando este item verificamos que houve acréscimo no gasto e consumo de alimentos depois da inserção dos trabalhadores nos empreendimentos o que corrobora com a indicação de aumento da renda e melhor qualidade da alimentação. O quadro 02 apresenta os resultados dos valores encontrados:

<b>Quadro 02 – Gastos com alimentação</b>		
<b>Intervalo dos Valores</b>	<b>Antes</b>	<b>Depois</b>
Menos de R\$50,00	2,7%	0,9%
R\$50,00 e R\$100,00	6%	3,3%
R\$ 101,00 a R\$ 200,00	12%	12,3%
R\$ 201,00 a R\$ 300,00	0,9%	18,3%
R\$ 301,00 a R\$ 500,00	21,9%	37,8%
R\$ 501,00 a R\$ 1000,00	3,6%	15,3%
Mais de R\$ 1000,00	2,1%	6,6%
Não possui gastos	4,8%	1,8%
Não soube informar	45,9% <sup>xiv</sup>	3,6%

Fonte: Relatório Final de Pesquisa, ARCUS/UFPE/CNPq 2010.

**Educação** – Verificamos que os participantes dos EES's são na maioria ex-alunos do Ensino Público e, apesar do incremento na renda, matriculam seus filhos em escolas públicas, poucos foram àqueles provenientes da rede privada de ensino. Tal fato ajuda a explicar o elevado número de empreendedores que não possuem gastos com Educação. Daqueles que gastam com educação, a maioria investe em cursos de capacitação e no ensino superior privado.

Quadro 03 – Gastos com Educação		
Intervalo dos Valores	Antes	Depois
Menos de R\$50,00	1,5%	2,7%
R\$50,00 e R\$100,00	2,4%	5,7%
R\$ 101,00 a R\$ 200,00	4,2%	9,3%
R\$ 201,00 a R\$ 300,00	1,8%	4,8%
R\$ 301,00 a R\$ 500,00	2,2%	4,2%
R\$ 501,00 a R\$ 1000,00	0,9%	3,6%
Mais de R\$ 1000,00	0,9%	1,5%
Não possui gastos	40,2%	64,3%
Não soube informar	45,9% <sup>xv</sup>	3,9%

Fonte: Relatório Final de Pesquisa, ARCUS/UFPE/CNPq 2010.

**Saúde (Planos de Saúde X SUS)** – Apesar do acréscimo de renda com os ganhos nos empreendimentos, verificamos que, na maioria, os trabalhadores e suas famílias utilizam os serviços públicos do SUS (Sistema Único de Saúde), confirmando que gastos com despesas em saúde privada não são prioridade, em vista dos altos custos com as mensalidades dos planos de saúde privada. Atualmente, 72,7% dos trabalhadores utilizam exclusivamente o SUS, e apenas 22,5% têm gastos com planos de saúde privada, 4,8% não souberam informar.

**Medicamentos** – Identificamos que houve aumento do consumo e gastos com remédios nas respostas dos entrevistados, mesmo quando esses remédios são distribuídos gratuitamente nas farmácias do serviço público de saúde. Antes, 26,1% do total de entrevistados tinham gastos com medicamentos, atualmente, 57,3% do total têm gastos com medicamentos.

**Condições de habitabilidade** – No que se refere às condições de habitabilidade, o acréscimo como impacto dos EES's se expressa qualitativamente na infra-estrutura das moradias como pôde ser visto *in loco*, foi reduzido o número de casas visitadas que demonstravam ter uma situação de alta vulnerabilidade. A maioria das casas que já eram feitas com materiais de alvenaria e tijolo (66,1% e 25,5% respectivamente) tiveram melhorias como ampliação e reformas, àquelas que eram feitas, por exemplo, com taipa 6% do total, quase desapareceram passando para um percentual de 0,9%.

Igualmente, pudemos constatar mudanças qualitativas como impactos sociais na situação dos imóveis antes e depois do trabalhador se engajar nos EES's como visto no quadro 04 abaixo:

Quadro 04 – Situação do Imóvel		
Situação	Antes	Depois
Próprio	78,1%	85,6%
Cedido	6,9%	5,1%
Alugado	9,6%	8,1%
Ocupado	0,9%	0%
Emprestado	1,8%	0,3%
Outros	1,2%	0,9%
Não Informado	1,5%	0%

Fonte: Relatório Final de Pesquisa, ARCUS/UFPE/CNPq 2010.

**Lazer** – Tanto antes quanto depois de se associarem aos EES's, os gastos com lazer faziam parte das despesas dos trabalhadores entrevistados. Dos que responderam ter despesas com lazer (37,5%), verificamos que houve aumento significativo dos participantes que gastam entre R\$50 e R\$100 reais ao mês, passando de 6,9% para 16,2%. Os 58% dos participantes que afirmaram não possuírem gastos com lazer, justificaram essa ausência declarando como lazer: a ida à casa de amigos e parentes, freqüentar igrejas, praças eventos abertos.

**Previdência** – Sobre as despesas do empreendedor e de sua família com previdência, percebemos que a maior parte dos entrevistados, tanto antes quanto depois da entrada no empreendimento, não possuem gastos com a previdência. Ou seja, grande parte deles não é acobertada pela legislação trabalhista, portanto, permanecem desprotegidos.

### **5.3 Impactos ideopolíticos – dimensão subjetiva**

Os impactos ideopolíticos são relativos às mudanças verificadas na dimensão subjetiva, na consciência, ou seja: na percepção que o empreendedor tem ou adquire com sua participação e/ou ingresso nos empreendimentos econômicos solidários. Utilizamos como indicadores de impactos ideopolíticos a percepção do empreendedor quanto à sua satisfação no trabalho e na família, nível de empoderamento e politização frente às necessidades da comunidade (acesso a bens e serviços) e participação em associações de bairro e sindicatos.

No que cerne ao grau de satisfação dos empreendedores com o trabalho realizado, obteve 98,8 % deles, ou seja, quase sua totalidade declarou gostar do trabalho que realiza nos empreendimentos pesquisados. Muitos dos depoimentos coletados na pesquisa apontaram para o fato de que o trabalho desenvolvido no âmbito dos empreendimentos era prazeroso e dignificante.

Quanto ao grau de politização frente às necessidades da comunidade, constatamos que um percentual relativo a 51,4% dos 333 empreendedores entrevistados participam ou já participaram de outras formas de associações; e outros 52,6% são integrantes, participam ou já participaram de sindicatos dos trabalhadores, das categorias profissionais, ou mesmo de organismos.

Ainda, segundo os empreendedores entrevistados em 75,1% dos casos eles desenvolvem articulações múltiplas entre as atividades que realizam na unidade produtiva com outros empreendimentos, instituições e/ou movimentos sociais. É possível considerar elevado o nível de empoderamento e politização dos que afirmam participação e articulação inter e entre organizações sejam elas produtivas ou simplesmente de luta e defesa de interesses próprios. Pode-se até afirmar sem receio de engano da existência ou formação de uma rede social de organizações e trabalhadores em torno do trabalho produtivo solidário e autônomo.

## **6. Conclusões**

O Estado de Pernambuco no contexto nacional, nos últimos tempos, tem-se destacado economicamente como um pólo de pleno desenvolvimento. Este crescimento abrange as mais diversas áreas, dentre elas, destacam-se as indústrias, o comércio, a construção civil e os transportes. Embora uma parte significativa do crescimento econômico de Pernambuco se deva aos investimentos massivos realizados no Complexo Industrial de Suape, não podemos ignorar a contribuição dos empreendimentos solidários em relação ao desenvolvimento econômico do Estado. Isto porque estes empreendimentos permitiram aos trabalhadores, que se encontravam fora do mercado de trabalho e que passaram a fazer parte destas iniciativas solidárias, a obtenção e o acréscimo de ganhos financeiros e, conseqüentemente, possibilitou um aumento do consumo local e, logo, estadual.

Esta realidade pode ser comprovada quando se verifica impactos, econômicos e sociais, e se analisa melhorias nas condições de vida dos trabalhadores e familiares após a inserção nos empreendimentos solidários, bem como contribuição ao crescimento econômico dos municípios, sobretudo com o aumento significativo do consumo como a alimentação; vestuário; medicamentos; eletro-eletrônicos; objetos de uso e utensílios domésticos; sejam os considerados básicos como: TV, fogão e geladeira; sejam com aqueles considerados supérfluos e/ou de luxo como: DVD, computador, batedeira e microondas. Além do aumento do consumo com a compra de bens duráveis como: carro e moto; e com telefonia fixa e móvel. Três itens se aproximam dos quase 100% das residências, como os casos de fogão, geladeira e TV.

No que concerne à infraestrutura das condições de habitabilidade da residência ou local de moradia do produtor associado e sua família, o acréscimo como impacto dos empreendimentos econômicos solidários se expressa qualitativamente na infraestrutura das

moradias: antes de trabalhar no empreendimento as casas eram 66,1% de tijolo, 25,5% de alvenaria e 6,0% de taipa. Depois de inserir-se no empreendimento 67,6% passou a ter a casa de tijolo, 31,2% de alvenaria e apenas 0,9% de taipa.

Fazendo uma correlação entre o contexto atual desses empreendimentos em suas localidades com o crescimento econômico de Pernambuco, tem-se que os impactos sócio-econômicos gerados por aqueles repercutem diretamente na economia do Estado. Essa afirmação é verificada pela relação direta entre o aumento do consumo pelos os empreendedores e o crescimento nas vendas do comércio varejista em todo o território pernambucano, destacando-se a venda de móveis e eletrodomésticos; de produtos alimentícios, supermercados e hipermercados; bem como de materiais de construção – sendo estas últimas diretamente relacionadas com a melhoria das condições de habitabilidade dos produtores associados, por exemplo. Além disto, vale também salientar tanto a relação direta entre o aumento do consumo de medicamentos por parte dos empreendedores com o crescimento da produção industrial química, quanto com o desenvolvimento da indústria de alimentos no Estado.

Salientam-se ainda no âmbito da economia solidária os impactos que as unidades de trabalho podem exercer na redução da pressão dos trabalhadores desempregados por trabalho ou ocupação, ou ainda manutenção das taxas de desemprego.

Mesmo assim, a economia solidária no estado vem se consolidando como meio pelo qual, número significativo de trabalhadores retira do que produz coletivamente ganhos financeiros para sustento próprio e de suas famílias. E reafirmam satisfação com o trabalho realizado. Objetivamente os empreendimentos proporcionam, na maioria dos casos, aumento do consumo pelas famílias, pela compra de bens, serviços e produtos; no âmbito subjetivo trazem melhoria da qualidade de vida dos participantes e suas famílias, bem como em âmbito ideopolítico evidenciam ampliação da participação política na comunidade e satisfação pessoal e/ou do grupo com as suas inserções no empreendimento econômico solidário.

A importância da economia solidária para a economia pernambucana, de forma geral, é notada pelos seguintes dados<sup>xvi</sup>: o valor de investimentos destinados ao setor – aproximadamente 24 milhões de Reais; o total do faturamento dos empreendimentos – aproximadamente 52 milhões de Reais; e o número de trabalhadores de ambos os sexos inseridos nesses empreendimentos – chega aproximadamente a 89 mil pessoas.

Podemos afirmar que o aumento nas taxas dos indicadores que mostram a redução do nível de desemprego, o aumento do emprego/ocupação, o aumento do consumo, a expansão

das vendas no comércio, comércio varejista e do setor de serviços sofreram influência positiva da economia solidária no Estado. Quando se ampliam postos de trabalho ou mesmo quando há a formalização e o registro de atividades, é evidente que repercute melhoria nos índices e indicadores sociais e econômicos. A economia solidária em seu estado atual ainda não pode ser considerada como responsável pelo aumento substancial desses indicadores, mas sem sombra de dúvidas possui sua parcela de contribuição.

## 7. Referências Bibliográficas

AGUILAR, M. J; ANDER-EGG, E. 1994. **Avaliação de serviços e programas sociais**. Petrópolis: Vozes.

ARCOVERDE, A. C. B. et al. **Economia Solidária em Pernambuco: alternativa de emancipação frente ao desemprego e à exclusão social?** Recife: Editora Universitária da UFPE, 2009.

\_\_\_\_\_. **Avaliação dos Impactos Sócio Econômicos dos Empreendimentos Solidários em Pernambuco**. Relatório Final de Pesquisa CNPq. Núcleo Arcus/UFPE. Recife, 2010.

CARVALHO, N. V. de. **Autogestão**. O nascimento das ONGs. 2.ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1995.

GIL, A. C. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. São Paulo: Editora Atlas, 1996, p. 101.

MARLOW, C. **Research Methods for Generalist Social Work**. USA: Brooks/ Coles, 1998.

SINGER, P; SOUZA, A. R. (orgs.). **A Economia Solidária no Brasil: A autogestão como resposta ao desemprego**. 2. ed. São Paulo: Editora Contexto, 2003.

ROCHE, C. **Avaliação de impactos do Trabalho das ONG'S: Aprendendo a valorizar as mudanças**. São Paulo: Cortez, 2000.

### Notas:

<sup>i</sup> Sobre avaliação, esta é entendida como “uma forma de pesquisa social aplicada, sistemática, planejada e dirigida; destinada a identificar obter e proporcionar de maneira válida e confiável, dados e informações suficientes e relevantes para apoiar um juízo sobre o mérito e o valor dos diferentes componentes de um programa (tanto na fase de diagnóstico, programação ou execução), ou de um conjunto de atividades específicas que se realizam, foram realizadas ou se realizarão, com propósito de produzir efeitos e resultados concretos; comprovando a extensão e o grau em que se deram essas conquistas, de forma tal que e inteligente entre cursos de ação, ou para solucionar problemas e promover o conhecimento” (AGUIAR & ANDER-EGG, 1994, p. 31).

<sup>ii</sup> Noëlle Marie Paule Lechat, artigo disponível eletronicamente no site da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (ITCP-USP). Disponível em: <<http://www.itcp.usp.br/drupal/node/250>> Acesso em 21 de novembro de 2010.

<sup>iii</sup> Este dado foi baseado nos dados da *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD*, realizado pelo o IBGE.

<sup>iv</sup> Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA.

<sup>v</sup> IBGE. Estados, Pernambuco, dados, 2009.

<sup>vi</sup> Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego – MTE/ Cadastro Geral de Empregados e Desempregados – CAGED.

<sup>vii</sup> CAGED/MTE – Cadastro Geral de Empregados e Desempregados. Ministério do Trabalho e Emprego.

<sup>viii</sup> PNAD/IBGE: Anos de estudos - média - pessoas de 25 anos ou mais (2009).



---

<sup>ix</sup> IPEA - Pobreza - domicílios pobres (2008) - Proporção dos domicílios com renda domiciliar per capita inferior à linha de pobreza. Série revista conforme reponderação divulgada pelo IBGE em 2009.

<sup>x</sup> Segundo dados da Agência Condepe/Fidem (2010) em parceria com o DIEESE e a Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados – SEADE.

<sup>xi</sup> Sobre avaliação de impactos, entende-se a “análise sistemática das mudanças duradouras ou significativas, podendo ser positivas ou negativas, com ou sem planejamento presente na vida cotidiana das pessoas, no caso, trabalhadores participantes dos empreendimentos solidários e suas famílias” (Roche, 2000).

<sup>xii</sup> Os EES's, segundo as modalidades categorizadas pelo o Fórum Brasileiro de Economia Solidária - FBES, compreendem cooperativas, associações populares e grupos informais (de produção, de serviços, de consumo, de comercialização e de crédito solidário, nos âmbitos rural e urbano); empresas recuperadas de autogestão (antigas empresas capitalistas falidas recuperadas pelos/as trabalhadores/as); agricultores familiares; fundos solidários e rotativos de crédito (organizados sob diversas formas jurídicas e também informalmente); clubes e grupos de trocas solidárias (com ou sem o uso de moeda social, ou moeda comunitária); [ecovilas](#); redes e articulações de comercialização e de cadeias produtivas solidárias; lojas de comércio justo; agências de turismo solidário; entre outras (FBES, 2010).

<sup>xiii</sup> No momento da coleta de dados, em 2009, o valor estabelecido do salário mínimo no Brasil era de R\$ 465,00.

<sup>xiv</sup> O elevado percentual de entrevistados que não souberam informar os gastos com alimentação antes da entrada no empreendimento, muitas vezes, deve-se ao fato dos mesmos estarem inseridos há muito tempo nessas experiências de trabalho solidário.

<sup>xv</sup> O elevado percentual de entrevistados que não souberam informar sobre os gastos com educação antes da entrada no empreendimento, deve-se ao fato dos mesmos estarem inseridos há muito tempo nessas experiências de trabalho solidário.

<sup>xvi</sup> Dados referentes ao ano de 2007. Disponíveis nos Relatórios Regionais, Estaduais e Municipais do Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária – SIES. Site do MTE: <[www.mte.gov.br](http://www.mte.gov.br)>